

# Jornal do Psicólogo

CONSELHO  
REGIONAL DE  
PSICOLOGIA  
MINAS GERAIS

ano 27 ■ número 97 ■ agosto a dezembro de 2011

## Dia do Psicólogo atrai mais de mil pessoas para a Praça da Liberdade



Lidyane Porciano - Ascom/CRP-MG

### PARCERIA

Jornada de 30 horas para psicólogos: projeto de lei segue para a Câmara dos Deputados. • PÁG. 03.

### ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Críticas às políticas proibicionistas e ao estigma atribuído aos usuários. • PÁGS. 04 e 05.

### POLÍTICA PÚBLICA

Lei do SUAS: conquistas e desafios na política de assistência social. • PÁGS. 06 e 07.

### LGBT

Favorável ao Kit Escola sem Homofobia, CRP-MG realiza conversa franca em Belo Horizonte. • PÁG. 09.

### ARTIGO

O que é política? – Por Maria Stella Brandão Goulart. • PÁG. 12.

## EDITORIAL

Passado um ano da posse do XIII Plenário do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, e depois de idas e vindas de questionamento jurídico daquela chapa que não foi escolhida pelos psicólogos e psicólogas para conduzir a gestão do CRP, começamos a vislumbrar estabilidade institucional para efetivar os projetos e processos propostos à época da campanha.

Nesse sentido, retomamos a distribuição do nosso *Jornal do Psicólogo* a partir de uma nova visão editorial: subsidiar argumentos aos leitores acerca de temas concernentes a nossa profissão, bem como temas mais amplos

que tangenciam a nossa prática; informar sobre resoluções e definições pertinentes ao Sistema Conselhos; agregar um coletivo de acontecimentos político-culturais imbricados ao contexto da psicologia e suas áreas de atuação. Esta edição do JP busca colocar em dia os últimos acontecimentos e temáticas mais relevantes para a profissão no último ano, apontando para os campos em que a profissão tem sido convocada a participar e explicitar suas posições.

Iniciamos também, neste número do *Jornal*, a travessia para os 50 anos da regulamentação da profissão no Brasil, apresentando

em encarte, que foi enviado anteriormente, a programação do Dia do Psicólogo, que esperamos tenha sido produtiva.

Nos dirigimos, portanto, a todos os psicólogos e psicólogas de Minas Gerais reafirmando nossos compromissos de campanha com a expectativa de que o CRP, além de cumprir suas funções de orientação e fiscalização, possa ser para os profissionais do estado um lugar de agenciamento e produção política, profissional e científica.

Boa leitura!

## Retomada a parceria do Conselho com o Psind-MG e a ABEP-MG

A parceria com o Núcleo da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP-MG) e com o Sindicato dos Psicólogos do Estado de Minas Gerais (Psind-MG) estão dentre as ações do XIII Plenário do Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG).

A retomada da parceria foi considerada positiva por todas as entidades. Para o presidente do Psind-MG, Enildo Calixto Louback, essa relação colaborativa ajuda no fortalecimento da entidade e na aproximação com a categoria por meio de ações conjuntas. A então coordenadora do Núcleo da ABEP em Minas, Lúcia Helena Garcia Bernardes, afirma que essa reaproximação fortalece a Associação e o movimento na direção da excelência na formação de psicólogos no Brasil.

Segundo o presidente do Psind-MG, a participação dos psicólogos é importante para fortalecer as lutas sindicais e a união entre as entidades possibilita um diálogo maior com a categoria e a aproximação de novos atores. "O Conselho regula, orienta e fiscaliza o exercício profissional e o Sindicato é a entidade que representa o trabalhador psicólogo na luta por melhores condições de trabalho. As ações políticas dessas entidades ficam mais sólidas com esta união, pois são de naturezas diferentes, mas que se complementam", explica.

Lúcia Helena conta que a ABEP-MG, nos últimos anos, viveu dificuldades de cunho político para a consolidação dos projetos nacionais e mineiros. Para ela, o fortalecimento desse laço com o Conselho é importante para a revitalização da Associação em Minas, "revitalização que nos possibilitará retomar

o debate a respeito da qualidade da formação profissional; da formação voltada para os múltiplos campos de ação da Psicologia no Brasil; da formação de psicólogos para a educação nos diversos níveis, em especial para a Educação e Saúde", ressalta.

### CONDUÇÃO POLÍTICA DA GESTÃO 2010/2013 DO CRP-MG

Enildo Calixto declara que o Sindicato dos Psicólogos vê esta nova forma de atuação po-

lítica do CRP-MG de forma ética e comprometida com as propostas apresentadas à categoria durante a última campanha eleitoral do Sistema Conselhos de Psicologia.

Para Lúcia Helena, o XIII Plenário está de novo de mãos dadas com todos aqueles que sabem da importância de termos uma formação que, além de solidificar as áreas tradicionais da Psicologia, embase as práticas psicológicas emergentes, como é o caso das políticas públicas.

#### CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS (CRP-MG)

##### SEDE

R. Timbiras, 1532, 6º andar • Lourdes  
CEP: 30140-061 • Belo Horizonte/MG  
Tel: (31) 2138.6767 / Fax: (31) 2138.6763  
E-mail: crp04@crp04.org.br  
Site: www.crp04.org.br

##### SUBSEDES

Triângulo Mineiro • Uberlândia  
Telefone: (34) 3235.6765  
E-mail: uberlandia@crp04.org.br

Sudeste • Juiz de Fora  
Telefone: (32) 3215.9014  
E-mail: sudeste@crp04.org.br

Sul • Pouso Alegre  
Telefone: (35) 3423.8382  
E-mail: sul@crp04.org.br

Norte • Montes Claros  
Telefone: (38) 3221.7720  
E-mail: norte@crp04.org.br

Leste • Governador Valadares  
Telefone: (33) 3225.0475  
E-mail: leste@crp04.org.br

#### JORNAL DO PSICÓLOGO

Informativo do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG)  
XIII Plenário (Gestão 2010 – 2013)

##### Diretoria:

**Conselheiro presidente:**  
Ricardo Figueiredo Moretzsohn  
**Conselheiro vice-presidente:**  
Marta Elizabeth de Souza  
**Conselheira tesoureira:**  
Lourdes Aparecida Machado  
**Conselheiro secretário:**  
Celso Renato Silva

##### Conselheiros:

Alcina Mendes Brito  
André Amorim Martins  
Anna Christina da Cunha Martins  
Pinheiro  
Amaury Costa Inácio da Silva  
Ataualpa Maciel Sampaio  
Carlos Roberto Sicoli  
Cristiane Saúde Barreto Napoli  
Elizabeth de Lacerda Barbosa  
Jacques Ackerman  
Junia Maria Campos Lara  
Márcia Maria Rodrigues Ribeiro  
Marcus Macedo da Silva  
Maria da Conceição Novaes Caldas  
Maria de Fátima Lobo Boschi

Maria Teresa Antunes Albergaria  
Marisa Estela Sanabria Tejera  
Milton dos Santos Bicalho  
Paula Ângela de Figueiredo E Paula  
Renata Ferreira Jardim de Miranda  
Ricardo Ribeiro de Oliveira Resende  
Rita Maria Auxiliadora Mendes  
Robson José da Silva Campos  
Tiago Humberto Rodrigues Rocha  
Vera Luiza Bartels Fernandes

##### Edição Gráfica:

Giria Design e Comunicação  
Tel/fax: (31) 3222.1829  
www.giria.com.br  
contato@giria.com.br

**Jornalista Responsável:**  
Lidyane Ponciano - MG 09063 JP

**Relações Públicas:**  
Nathalia Monteiro • CRPRP 3ª  
Região - 2154

##### Comissão Editorial:

Celso Renato Silva  
Jacques Ackerman  
Ricardo Figueiredo Moretzsohn

##### Estagiários:

Allysson Alves (Jornalismo)  
Fábio Couto (Relações Públicas)  
E-mail: comunicacao2@crp04.org.br  
**Gráfica:** CGB Artes Gráficas

**Tiragem:** 25 mil exemplares

## BOLETINS ELETRÔNICOS DO CRP-MG

Para receber o Boletim Institucional e o Informe CRP-MG em seu e-mail envie uma solicitação para [ascom@crp04.org.br](mailto:ascom@crp04.org.br). As notícias também podem ser acessadas diretamente em nosso site [www.crp04.org.br](http://www.crp04.org.br)

## PARCERIA

# Jornada de 30 horas para psicólogos: projeto de lei segue para a Câmara dos Deputados

O Projeto de Lei (PLC) nº 150/2009, que trata da jornada de trabalho de 30 horas semanais para profissionais psicólogos foi aprovado no Senado Federal no dia 26 de setembro de 2011 e encaminhado à Câmara dos Deputados. Ao voltar para a Câmara no dia 30 de setembro, a matéria passa a ser identificada como PL nº 3.338/2008. As Comissões que deverão analisar o texto ainda não foram definidas. Caso seja aprovado, o PL irá beneficiar os 240 mil psicólogos existentes no país.

O texto original, de autoria do deputado federal Felipe Bornier (PHS/RJ), recebeu emenda substitutiva, apresentada pela senadora Marta Suplicy (PT-SP), que determina a jornada semanal de 30 horas e estabelece que a redução da jornada não deverá acarretar em diminuição da remuneração.

### AUDIÊNCIA PÚBLICA NO SENADO

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado realizou audiência pública no dia 11 de agosto para discutir o PLC nº 150/2009. Estavam presentes representantes das categorias, que discutiram a jornada de seis horas diárias para psicólogos e fonoaudiólogos.

Psicólogos de todo o país lotaram a sessão do Senado com profissionais de todos os Estados da Federação. Minas Gerais foi representada pela Conselheira do XIII Plenário do Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG), Marta Elizabeth, e pelo Diretor Secretário do Sindicato dos Psicólogos e Minas Gerais (Psind-MG), Volney Lopes de Araújo Costa.

Compuseram a mesa da audiência: a conselheira do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Monalisa Barros, a presidente da Federação Nacional dos Psicólogos, Fernanda Magano, a senadora Marta Suplicy, o presidente do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, Rogério Giannini, a presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia, Bianca Queiroga e a vice-presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia, Carla Girodo.

Um dos argumentos utilizados pelos palestrantes do evento é que o Sistema Único de Saúde (SUS) funciona por meio de equipes multiprofissionais e que não se justifica carga horária diferenciada entre as equipes. A situação no SUS é muito diferenciada por municípios, criando situações conflitantes entre profissionais na organização dos processos de trabalho.

Fernanda Magano observou que hoje há uma disparidade de tratamento aos profissionais envolvidos no atendimento à população. Enquanto outras categorias, como fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais, já se beneficiam das 30 horas semanais, os psicólogos são submetidos a jornadas maiores.

Rogério Giannini afirmou que a reivindicação pelas 30 horas não é apenas corporativa. A jornada extensa, prejudica o profissional e, em consequência, o destinatário de seus serviços. Também a necessidade de formação continuada visando a melhoria da qualificação do profissional, de participação em congressos científicos e de especialização, foi apontada como justificativa para as 30 horas semanais.

### CAMPANHA PELAS 30 HORAS

Uma campanha de iniciativa do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e da Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) está sendo organizada em apoio à redução da jornada dos profissionais de Psicologia para no máximo 30 horas semanais. Como parte das estratégias da campanha serão enviados adesivos autocolantes a todos os psicólogos com o objetivo de não só incentivar os profissionais a entrarem na campanha, mas também para ajudar nas mobilizações junto aos deputados para aprovação do PL nº 3.338/2008.

*Com informações do CFP, dos portais do Senado e da Câmara dos Deputados*

## Conselho e Sindicato defendem aumento de vagas para psicólogo judicial e melhoria das condições de trabalho

O Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG) e o Sindicato dos Psicólogos do Estado de Minas Gerais (Psind-MG) uniram esforços para avaliar o último concurso público realizado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) em 2009, reivindicar a contratação de mais psicólogos judiciais e salvaguardar a melhoria das condições de trabalho desses profissionais no Sistema Judiciário.

As entidades representativas dos psicólogos já conseguiram o apoio do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado Minas Gerais (Serjusmig) em reunião realizada no dia 28 de junho deste ano. Agora, o próximo passo é conseguir uma audiência com o presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa, para expor a situação e formalizar as reivindicações.

No concurso de 2009 foram oferecidos aos profissionais da Psicologia opções de inscrição em apenas 45 das 296 comarcas do Estado. Hoje, a Justiça de Minas conta, somente, com 155 psicólogos judiciais, número consideravelmente inferior à demanda.

Para o CRP-MG e o Psind-MG, é clara a necessidade de contratação de novos servidores, para o bom andamento dos trabalhos da justiça, interesse de toda a sociedade.

A contratação de novos profissionais diminuiria a sobrecarga de trabalho dos psicólogos que atendem a uma grande demanda processual, que aumenta a cada ano, e melhoraria as condições de trabalho e a saúde dos que atuam na área. O acúmulo de trabalho, denúncias feitas ao Sindicato e ao Conselho, contribuem para o quadro de adoecimento dos psicólogos judiciais e traz prejuízos à prestação jurisdicional.

Conselho e Sindicato acreditam que a luta pela inserção de uma parcela significativa dos 1.865 psicólogos classificados no último concurso de primeira instância do TJMG representa apenas o início de uma discussão muito mais profunda. O exercício profissional dos servidores do Sistema Judiciário reflete diretamente na sociedade que carece, exige e merece uma justiça mais célere e eficiente e de classes profissionais que se preparam para uma carreira e estão aptos a assumir seu posto de trabalho.

## ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

### Críticas às políticas proibicionistas e ao estigma atribuído aos usuários

O enfoque dado nos programas oficiais ao consumo do álcool e outras drogas é uma constante preocupação do Sistema Conselhos de Psicologia que trabalha não só por uma política inclusiva de respeito às dores e aos Direitos Humanos dos usuários, como também defende o estímulo às políticas públicas de saúde para que não trate o uso dessas substâncias químicas como uma epidemia a ser exterminada.

Diante da posição do Conselho Federal, dos Conselhos Regionais, dentre eles o Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais, e das publicações constantes sobre o tema nos veículos de comunicação, o Jornal do Psicólogo entrevistou o presidente da Associação Brasileira de Redutores de Danos (ABORDA), Domiciano Siqueira, o Cientista Social, Dênis Petuco, e o advogado criminalista e professor universitário, Virgílio de Mattos, trazendo uma reflexão para os psicólogos mineiros sobre as políticas vigentes no Brasil.

O Cientista Social, Dênis Petuco, começa a entrevista enfatizando que a política antidrogas é baseada numa histórica repressão e na criminalização. Estratégias que considera fracassada no Brasil e no mundo inteiro. A política de controle constituída a partir da lógica da repressão há quase meio século, gerou resultados catastróficos para os usuários e para a sociedade, uma vez que “não conseguiu diminuir a produção nem o consumo e trouxe o problema da extrema violência relacionada ao mundo das drogas, colocando em cheque a democracia em vários países da América Latina!”, pontua.

Entretanto, ele constata que o acolhimento ao usuário de drogas tem avançado no Brasil nos últimos dez anos, na medida em que a saúde pública passou a se preocupar com esse tema. Hoje há uma rede de serviços especializados espalhada em todo o país e iniciativas na área da assistência social, como a constituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que prevê toda a problemática das drogas. “É possível perceber a preocupação dos governos na formação dos trabalhadores da rede de saúde, da atenção básica, emergências etc.. Ainda não chegamos no ponto que precisamos, mas a realidade vem sendo transformada radicalmente nos últimos anos”, constata.

**DESCRIMINALIZAÇÃO, LEGALIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO** - Na área jurídica, a discussão também é complexa, embora a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públi-

cas sobre Drogas tenha alguns avanços, ela mantém a filosofia proibicionista que, na avaliação do Advogado criminalista e professor universitário, Virgílio de Mattos, começou no início do século XX com o álcool. Na sua opinião, o produto passou a ser uma droga lícita por uma simples e única razão: arrecadação de tributos. “Assim como a nicotina é uma droga lícita e é a que, de longe, mais barbariza”. O criminalista esclarece que o que se proíbe e combate no Brasil é o cloridrato de cocaína, seus sais e suas derivações. “O grande e feio demônio do momento é o crack e não podemos deixar de mencionar as modernas drogas sintéticas como o ecstasy e a meta-anfetamina. A descriminalização é tornar considerar essas substâncias legais, assim como o álcool e a nicotina”.

Virgílio Mattos acredita que é a criminalização e a política de guerra às drogas “que faz o corrupto, o policial ladrão, o juiz e o advogado bandidos e o promotor conivente. Ao girar o foco da proibição para a legalização acabaremos com um monte de inconvenientes e passaremos a trabalhar a questão tal como ela é.” Na sua avaliação, quem abusa de uma substância, seja qual for, está fazendo isso como válvula de escape e exemplifica: as presas dizem isso de forma muito direta “ninguém consegue tirar a cadeia de cara limpa”.

Nesse caso específico o professor questiona e responde em seguida: “Quem é o dono da boca? O psiquiatra da penitenciária. É ele quem prescreve os benzodiazepínicos para que elas tomem no final do dia e consigam suportar a cadeia. Isso não é considerado droga, por quê? Por que quem está deprimido pode tomar um remédio tarja preta? Quem não consegue dormir idem? Qual é a diferença de um psicótico que houve vozes se não tomar a medicação antipsicótica e um bacana que chega em casa para relaxar e toma uma garrafa de uísque? Ambas são substâncias consideradas como drogas. Só que o uísque é lícito e o barbitúrico, a maconha, o crack e outros são considerados ilícitos”.

Opinião semelhante sobre a lei de drogas de 2006 apresenta o presidente da Associação Brasileira de Redutores de Danos (ABORDA), Domiciano Siqueira, ao sublinhar que ela manteve o caráter punitivo, uma vez que ao ser flagrado portando quantidade de droga, que pode ser considerada para consumo próprio, a pessoa ainda é processada e paga uma pena de prestação de serviços à comunidade ou algo parecido. Ele explica que não há a quantidade que determine o que é uso e o

que é tráfico. Essas definições dependem das condições em que o flagrante é feito, da quantidade, a forma de armazenagem, o contexto de vida daquela pessoa – se trabalha, estuda, sua vida pregressa – para que seja possível verificar se essa pessoa é usuária ou traficante.

Entretanto, quando o tema é legalização e regulamentação do uso das drogas as opiniões são divergentes. Regulamentar é normatizar uma legislação e “eu acho que isso é uma bobagem” afirma o advogado e professor Virgílio Mattos, que, ao ser questionado, afirma ter plena convicção de que a legalização das drogas diminuiria a violência. Ele supõe que, num primeiro momento, essa criminalidade que lucra com o comércio ilícito migraria para algum outro tipo de crime. “Quero acreditar, como em outros países em que foram aplicadas essas políticas, que isso é uma experiência curta, pouco significativa, e menos dolorosa do que a proibição”, analisa.

Já para Dênis Petuco a regulamentação parece ser outro caminho que procura pensar a questão da política de drogas de um modo mais abrangente, percebendo seus múltiplos aspectos, requerendo diferentes olhares. “É preciso pensar na questão do uso e em regras para diferentes usos e substâncias. Há pessoas que utilizam em cerimônias de cunho religioso, recreativo, além do uso de maconha, crack, do *ecstasy*, ou seja, não é tudo igual.”

Petuco sustenta que a legalização é curiosa porque é defendida por alguns setores, mas para aspectos específicos da política de drogas. Ele conta que uma das bandeiras defendidas pelas pessoas que se organizaram nas marchas da maconha é o cultivo caseiro da planta. “O Uruguai aprovou uma legislação que autoriza o plantio de até oito mudas em casa, o que não é simplesmente uma descriminalização, pois a compra é feita em locais registrados, legalizados”. Para o cientista social, essas iniciativas de outros países estimulam a reflexão de que algumas drogas deveriam ser legalizadas e outras reguladas. “Deveríamos ter diferentes políticas para diferentes tipos de danos - essa é a questão”, argumenta.

Para o presidente da Associação Brasileira de Redutores de Danos (ABORDA), Domiciano Siqueira, a política precisa avançar na descriminalização, na legalização e na regulamentação de todas as drogas. “É preciso tratar de maconha, cocaína, crack, heroína

# ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

e outras drogas consideradas ilegais, da mesma forma que tratamos o álcool e o tabaco. Que possamos falar dos males, dos prejuízos que essas drogas causam e também dos benefícios que elas trazem". Ele lembra que o fato do álcool ser legalizado permitiu que se fizessem campanhas publicitárias dizendo que 'se beber, não dirija'. "Nós não podemos fazer isso com a maconha, a cocaína e o crack, porque são ilegais", protesta.

**TRÁFICO DE DROGAS E VIOLÊNCIA** - O Cientista Social, Dênis Petuco, relata que várias nações desenvolveram políticas que precinham a distribuição de drogas para dependentes como uma forma de quebrar o vínculo com o tráfico e ampliar os laços com o Sistema de Saúde. "O resultado foi de puro sucesso, pois essas pessoas preferem ficar mais próximas do serviço de saúde e muitas delas diminuem a quase zero ou acabam parando de usar, como ocorreu em Montreal (Canadá)". Ele conta que há poucos anos, em Montreal, aproximadamente 50 pessoas morriam anualmente em decorrência de overdose por heroína. Hoje, esse índice foi reduzido a zero, pois os a droga não é mais comprada de traficantes e utilizada em qualquer lugar. O consumo é feito em locais conhecidos como "salas de seguro" em que as pessoas a recebem de um serviço de saúde. – "o que é assustador para a cultura brasileira. Os países que adotaram iniciativas dessa natureza obtiveram redução no número de mortes, aumento da qualidade de vida e a falência das redes de narcotráfico", alega. Para Petuco, trabalhar a questão das drogas apenas a partir da lógica da proibição, sem que o governo e a sociedade coloque regras é deixar as regras dessas relações nas mãos do narcotráfico, critica.

**CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS (CAPSAD)** - Integrante da equipe do CAPSad Primavera em Cabedelo, na Paraíba, Dênis Petuco esclarece que o Ministério da Saúde (MS) organizou os CAPS álcool e outras drogas com equipes básicas (psicólogo, profissional do serviço social, educador físico, enfermeiro, dentre outros) no Brasil inteiro, e também abriu caminho para outros profissionais que trabalham com oficinas (música, horta, reciclagem e outros), de acordo com as realidades regionais e com a diversidade dos usuários. "O Ministério orienta que os CAPSad trabalhem com a diretriz do cuidado, com a redução de danos. É um lugar de escuta, de construção de novas possibilidades e de projetos de vida individuais ou coletivos", frisa.

Ele comenta que o CAPSad não são perfeitos, pois o preconceito e a discriminação que

perpassam pela sociedade inteira e que é retro-alimentado diariamente pelos meios de comunicação, principalmente pelos programas policiais, influenciam muitas pessoas. "Portanto, podemos encontrar trabalhadores de CAPSad que reproduzem esse tipo mensagem midiática". Contudo, Petuco diz que tem tido a felicidade de contribuir com a formação de equipes de CAPSad em todo o Brasil, e que tem encontrado uma infinidade de experiências lindas. "Os CAPSad, em geral, é um serviço que nasce com o espírito de investir na inclusão social e na reflexão".

Dênis informa que há uma grande dificuldade em encontrar profissionais que tenham desejo de trabalhar com a população usuária de álcool e outras drogas: "acompanhei situações em que coordenadores se deparavam com obstáculos para encontrar profissionais de diferentes formações com vontade de trabalhar no serviço". Segundo Petuco, existem pessoas que almejam atuar no serviço, mas não se encaixam, pois produzem lógicas moralistas, preconceituosas "com a melhor das boas intenções", conforme o diz o velho ditado.

**CAPSAD 24 HORAS** - Dênis salienta que há aproximadamente um ano o Ministério da Saúde criou um novo serviço que é o CAPSad 24 horas, que atende pessoas com necessidade de acolhimento durante a noite. "Não chamamos de hospitalização, e sim de hospitalidade noturna". Dessa forma, as pessoas não precisam voltar para casa e estar sujeitas a recaídas. Ele considera que este tipo de acolhimento é muito importante no período inicial do tratamento. "Há dez anos existia um marasmo completo, meia dúzia de iniciativas, sem nenhum diálogo. Hoje essa gama de iniciativas públicas, com erros e acertos, tem preenchido esse vazio".

**REDUÇÃO DE DANOS** - "Os primeiros grandes resultados da redução de danos foram contabilizados no início da década de 90, em que havia a epidemia da AIDS e muitos usuários se infectavam ao compartilhar seringas. Nessa época o presidente era Fernando Henrique Cardoso e o ministro da Saúde era o José Serra. Curiosamente, esse governo e, principalmente, o ministro, não eram favoráveis a redução de danos, embora a tenham financiado", conta Domiciano Siqueira.

O presidente ABORDA relembra que muitos cartazes de divulgação da redução de danos, confeccionados pelo Ministério da Saúde, eram distribuídos sem a assinatura do governo federal e do MS. Porém, devido à sua importância, a ABORDA definiu pela distribuição do material. Domiciano afirma que o go-

verno federal e o Ministério financiavam a campanha porque era obrigatória uma justificativa para minimizar os efeitos da transmissão do vírus HIV nesse público.

"A questão é que deu certo. No site do Ministério da Saúde <www.saude.gov.br>, no Departamento Nacional de AIDS, há uma grande pesquisa nacional que apresenta os resultados conquistados pelos programas de redução de danos da década de 90, que vão mostrar a diminuição da transmissão do vírus HIV no Brasil, em 10 anos, de 46% para 12%", comemora o Siqueira.

**MODIFICAÇÃO NAS AÇÕES E A LUTA ANTIMANICOMIAL** - Domiciano Siqueira narra que após a mudança de governo e as ações de redução de danos passaram a ser financiadas pelo Departamento de Saúde Mental. "Foi quando o problema piorou, pois a Saúde Mental não estava preparada para enfrentar as questões de uma forma anti-proibicionista. Sempre foi refém da falta de investimento, e a sociedade, durante muitos anos, acreditava que era doença, delito ou posseção demoníaca", critica.

O presidente da ABORDA destaca que foi a Luta Antimanicomial que apontou a necessidade de intervenções mais humanitárias. "A Luta Antimanicomial e a redução de danos, ambas com bons resultados, proporcionaram a modificação das leis nessa área em nosso País", frisa.

**MÉRITO DA REDUÇÃO DE DANOS** - Domiciano Siqueira considera que um dos grandes benefícios da redução de danos está em mostrar, claramente, que não é mais possível negar a existência das drogas, e sim aprender a lidar com elas. "Porque elas fizeram, fazem e farão parte da nossa vida, sempre. Precisamos aprender a conviver com as diferenças. O mesmo conceito pode ser aplicado a outras diferenças sociais como a nossa relação com os negros, homossexuais, prostitutas e prisioneiros", analisa.

Domiciano declara que no Brasil a redução de danos é entendida como um conjunto de estratégias de saúde, de educação e de justiça que visam minimizar os danos causados pelo consumo de drogas em geral, sem, necessariamente, exigir a abstinência integral. "Filosoficamente, entendemos que o contrário de dependência não é abstinência. O contrário de dependência é liberdade, e que, o uso de drogas está ligado aos direitos fundamentais das pessoas". Para o presidente da ABORDA não há uma notícia desmereça o trabalho da redução de danos no Brasil.

## Lei do SUAS: conquistas e desafios na política de assistência social

“Acredito que viraremos a página do assistencialismo no Brasil e consagraremos o direito sócio-assistencial”, afirmou Simone Albuquerque com relação à instituição da Lei do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sancionada pela presidenta Dilma Rousseff no dia 6 de julho de 2011.

Para Simone Albuquerque, que é diretora do Departamento de Gestão do SUAS do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a sanção da lei traz, de fato e de direito, a assistência social para o patamar da seguridade social brasileira.

“A Lei amplia a institucionalidade do Sistema. O SUAS é a concretização da política de proteção social no Brasil, que por sua vez, é o reconhecimento do papel do Estado na cobertura de situações sociais graves e historicamente constituídas pela privação dos acessos,” complementa Carla Ribeiro, psicóloga e analista de políticas públicas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH).

Simone Albuquerque menciona que a assistência social, apesar de estar na Constituição Brasileira como direito de seguridade social, sempre foi tratada como moeda de troca. Exatamente porque é uma política responsável por proteger as pessoas de maior vulnerabilidade, risco e pobreza no Brasil. “Infelizmente as pessoas que precisavam de assistência social tinham que se submeter a votar em candidatos que não queriam, a fazer ritos que não desejavam. Agora, com o direito reclamável constituído pela Lei do SUAS, essa política muda proporcionando dignidade àqueles que dela precisam”, argumenta.

De acordo com o MDS, o SUAS está em vigor desde de 2005, por resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Desde então, garante a proteção social à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, por meio de uma rede descentralizada que envolve gestores de 99,5% dos municípios brasileiros. Prefeituras, estados e o Distrito Federal têm autonomia para gerir a assistência social de forma organizada e com o apoio do governo federal, por meio de repasses de recursos, contudo, a adesão do município é voluntária.

### RECURSOS

Simone Albuquerque explica que após a sanção presidencial governos estaduais e municipais terão mais segurança para investir no SUAS, pois os repasses de recursos tornaram-se obrigatórios e os serviços não podem mais parar. “Agora, o SUAS traz um *plus* a mais de recursos para a gestão dos serviços e cria, em lei, por exemplo, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e outras séries de conquistas.”

Carla Ribeiro afirma que o SUAS está em processo de consolidação e aperfeiçoamento. Ela esclarece que no caso de Belo Horizonte, que é habitado na gestão Plena, é necessário uma adequação à Tipificação Nacional de Serviços Sócio Assistenciais e ao Protocolo de Gestão Integrada de Benefícios e Serviços. “Essa adequação ainda não foi priorizada pelo gestor municipal”, frisa.

Segundo a analista de políticas, o modelo em curso — financiamento dos entes federados: União, Estados e Municípios — precisa ser aperfeiçoado. A psicóloga informa que a Lei do SUAS — que é uma Lei Ordinária que altera a LOAS (Lei nº 8.472/1993) — não modificou o que está em processo desde 2005. “O importante a destacar é a legitimação do repasse fundo a fundo e os dispositivos de prestação de contas, garantindo que Belo Horizonte assumira um financiamento significativo do SUAS, mas ainda insuficiente diante dos desafios do sistema”, ratifica.

### CONCURSOS PÚBLICOS

“A Lei do SUAS autoriza os municípios brasileiros a contratar profissionais concursados para as equipes de referência com recursos do governo federal. Por isso, é importantíssimo que as prefeituras realizem concurso público”, salienta Simone Albuquerque. A diretora do MDS declara que o número de profissionais, de 2006 a 2010, salta de 140 mil para 220 mil, porém esses profissionais es-

tão em situação de vínculo muito precário: terceirizados. “É muito importante que os municípios realizem concurso, porque o SUAS é uma responsabilidade dos três entes federados. Acho que o governo federal cumpriu sua parte. Nos comprometemos a ajudar os municípios a montar suas equipes concursadas de referência. Fizemos nossa parte, agora cabe aos governos estaduais e municipais fazer a parte deles”, destaca.

Para Carla Ribeiro, o maior desafio do SUAS em Belo Horizonte é a terceirização, pois o município conta, hoje, com um quadro de 80% desses profissionais contratados. Ela afirma que esse problema, que vem sendo insistentemente pautado pelos trabalhadores, precisa ser solucionado o mais rápido possível. “O governo assumiu o compromisso de realizar concurso público, mas não cumpriu o prazo para conclusão do edital que foi em 22 de junho de 2006. Destaca-se que a lei que cria o SUAS não viabiliza o mecanismo de utilização do financiamento federal e estadual para o pagamento da remuneração do servidor efetivo.” A psicóloga salienta que a situação permanece a mesma: “o município é o principal financiador do quadro de trabalhadores efetivos do SUAS. Essa condição é um problema não apenas para Belo Horizonte, mas para todos os municípios no Brasil. Precisamos encarar esse desafio de forma prioritária e na agenda de todos — usuários, trabalhadores e gestores”.

### QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Simone Albuquerque revela que a Lei do SUAS ampliará o atendimento o que resultará em outro enorme desafio que diz respeito à formação do quadro gerencial e à qualificação profissional. Para sanar esta lacuna, a diretora de gestão do SUAS informa que o Ministério está preparando um grande programa de formação dos profissionais de segundo grau e de nível superior, com especialização e um mestrado profissional para os gestores. “Agora, o Suas ganha, e é necessário que ganhe, um outro patamar de qualidade. Investir em recursos humanos é fundamental para o Sistema”, conclui.

A analista de políticas públicas da PBH esclareceu que a Resolução nº 017/2011 do

# POLÍTICA PÚBLICA

Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), definiu os profissionais que compõem o SUAS, considerando o atendimento ao cidadão e os procedimentos de gestão. “O psicólogo é um profissional indicado para os serviços e para a gestão. Essa definição é a consolidação de um processo que os psicólogos vêm contribuindo e construindo há pelo menos 20 anos”, recorda. Carla Ribeiro salienta que a formação dos profissionais da Psicologia, considerando o conteúdo da política pública de assistência social, é muito recente ou até mesmo inexistente em várias Instituições de Ensino Superior (IES), o que seria um dificultador. “Mas, observa-se o grande esforço dos profissionais para adquirir o conhecimento necessário ao trabalho”, elogia.

## GESTÃO

Carla Ribeiro afirma que, do ponto de vista da gestão, os facilitadores são: organização da política nacionalmente, com a definição de competências por entes federados, financiamento e suas estratégias, dispositivos de gestão e indicação clara de um modelo assistencial baseado em níveis de proteção. Ela também aponta as dificuldades: falta de orçamento vinculado, o que representaria garantia para o financiamento do sistema nas três esferas de governo; pouco acúmulo de conhecimento sobre os fenômenos acobertados pelo SUAS; precarização do vínculo do trabalhador e com isso a baixa qualificação.

Para a psicóloga e analista em políticas públicas da PBH, um município minimamente organizado consegue atender os requisitos da gestão inicial ou básica. “A vontade política é construída na necessidade da população. É muito difícil negar a realidade, por essa razão os governos, quase em sua totalidade, aderiram ao SUAS. Gestão adequada e alinhamento ao modelo preconizado é o mínimo para a possibilidade de cumprimento dos objetivos”, finaliza.

## O PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) — baixa complexidade — são um novo campo de trabalho para os psicólogos e, hoje, são um dos serviços que mais convocam profissionais da Psicologia. “Muitos psicólogos ainda têm o viés da psicoterapia clássica, o que não se aplica à lógica de territorialidade dos CRAS, que vai além dos

consultórios, o que nos faz pensar na formação desses profissionais”, reflete Jacques Akerman, psicólogo e Conselheiro do XIII Plenário do Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG).

Os psicólogos também estão inseridos nos serviços de média complexidade — Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) — e nos de alta complexidade — Proteção Social Especial (PSE). Para Akerman, em todos esses serviços, deve haver, por parte dos profissionais, um deslocamento da ideia clássica de que o psicólogo atende numa dimensão intra-psíquica e no máximo numa intervenção familiar, para a concepção de que a subjetividade é construída num território, numa cena simbólica muito mais complexa e que ultrapassa a própria dimensão da família e do sujeito.

“Os serviços são complexos, difíceis, novos, contudo há uma ética consolidada, que é o combate ao assistencialismo, e para nos, talvez, seria o combate ao psicologismo. O psicólogo não pode psicologizar as relações sociais, reduzir tudo ao funcionamento edípico, isso não faz sentido”, observa.

## FÓRUM MINEIRO DE DEFESA E FORTALECIMENTO DO SUAS

“Articulado na década de 1990, o Fórum Mineiro da Assistência Social, como era denominado à época, participou do processo da conferência que deliberou sobre a criação do SUAS e sobre o Plano Nacional de Assistência, sendo um ator que contribuiu expressivamente para esse processo”, informou Maíra Colares, vice-presidente do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS-MG).

Maíra conta que anteriormente o Fórum era formado por militantes mais isolados, depois ficou um tempo inativo e em sua rearticulação passou a ser coordenado pelo CRESS-MG e pelo CRP-MG a fim de agregar um número maior de entidades e fortalecer o Fórum Mineiro de Defesa e Fortalecimento do SUAS, lançado, oficialmente na Assembleia Legislativa de Minas Gerais em 2010.

De acordo com o presidente do CRESS-MG, Leonardo David, o Fórum Mineiro cumpre um papel importantíssimo que é contribuir com a articulação do Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS. “Se o mote das conferên-

cias de assistência social este ano é a consolidação do SUAS, a valorização dos trabalhadores surge como um novo movimento — uma frente em que o Fórum Mineiro tem papel preponderante em fortalecer a articulação estadual dos trabalhadores”, argumenta.

Entrevista com representantes do CRESS-MG – Para saber mais sobre o Fórum, as lutas dos trabalhadores do Suas, a importância da união entre as profissões da assistência social e ver uma crítica direta a forma como o governo estadual trata a questão da assistência social, acesse o site do Conselho: <[www.crpmg.org.br](http://www.crpmg.org.br)>.

## FUNCIONAMENTO DO SISTEMA

Segundo o MDS, o SUAS é coordenado pelo próprio Ministério e é composto pelo poder público e a sociedade civil, que participam diretamente da gestão compartilhada, por meio dos conselhos municipais de assistência social e das entidades e organizações sociais públicas e privadas que prestam serviços nessa área.

O SUAS sistematiza a exigência de controle social, monitora e avalia as políticas da assistência social. A gestão das ações e a aplicação dos recursos são negociadas e pactuadas nas Comissões Intergestores Bipartite (representantes de estados e municípios) e na Comissão Intergestores Tripartite (representantes do governo federal, de estados e municípios). Esses procedimentos são acompanhados e aprovados pelo CNAS.

### NÚMEROS DO SUAS, DE ACORDO COM O MDS:

- 99,5% dos municípios aderiram ao sistema;
- 7,6 mil Centros de Referência de Assistência Social (CRAS);
- 2,1 mil Centros Especializados de Assistência Social (CREAS);
- 3,7 milhões de idosos (65 anos ou mais) e pessoas com deficiência recebem o Benefício de Prestação Continuada (um salário mínimo);
- 220 mil profissionais;
- 642 mil no Projovem Adolescente.

## COMPROMISSO SOCIAL

# Psicologia e Políticas Públicas: um debate em construção

A Psicologia brasileira sofreu diversas transformações ao longo dos anos. Durante este percurso de 49 anos, viu-se a necessidade de entendê-la como ciência e como profissão, podendo, assim, contribuir com a garantia de direitos humanos e sociais. Entre os anos de 1985 e 1986 datam as primeiras inserções de psicólogos no sistema público de saúde por meio de uma política intitulada Ações Integradas de Saúde (AIS). Desde então, várias políticas públicas foram implementadas e o trabalho para a inserção de novas políticas e a melhoria das já existentes têm ganhado força e robustez.

Pensando nessa nova forma de trabalho do psicólogo, no campo teórico necessário para este campo de atuação, e na contribuição que o debate pode ter para esses profissionais, o Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG), por intermédio do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – Minas Gerais (CREPOP-MG), realizou o I Seminário de Psicologia e Políticas Públicas, que reuniu 256 pessoas entre psicólogos, estudantes e outros profissionais de 49 cidades de Minas e um município da Bahia. Do total de participantes, 162 profissionais atuam em alguma política pública. O evento, que ocorreu nos dias 28, 29 e 30 de abril, no auditório do CREA-MG em Belo Horizonte, foi avaliado positivamente pelos participantes que sugeriram a realização de mais encontros desse porte.

De acordo com os presentes, o Seminário cumpriu o papel de debater sobre a atuação do psicólogo em políticas públicas focando as discussões em três temas: Assistência Social, a Psicologia jurídico/prisional e a saúde.

O compromisso social da Psicologia e as políticas públicas foi a base da discussão proposta pela conferencista Ana Bock, que ressaltou a importância da formação qualificada para a atuação dos psicólogos em políticas públicas, além de traçar o perfil histórico da Psicologia Brasileira e suas transformações na realidade dos profissionais e da percepção na construção de um pensamento, voltado para a ciência e para a profissão, capaz de contribuir positivamente com um novo olhar social.

“É preciso que se esclareça: políticas públicas não são políticas para pobres. Políticas públi-

cas são políticas para todos. A questão é que, em nosso país desigual, há que se construir formas e espaços de trabalho que permitam o acesso da maioria da população aos serviços de Psicologia que *nunca* estiveram ao seu alcance. Por isto colocamos sempre uma ênfase na população pobre, quando falamos em políticas públicas”, esclarece a psicóloga.

No cenário da consolidação da profissão, Ana Bock lembra que as políticas públicas tiveram papel importante na reformulação do fazer da Psicologia. “As políticas públicas se incluem no chamado projeto de compromisso social da Psicologia”, pontua. As políticas públicas aparecem como importante espaço para essa nova prática, que deverá ser capaz de estimular a renovação teórica na Psicologia.

Sobre a relação entre Psicologia e políticas públicas, Ana Bock deixa claro que a Psicologia precisa atuar não só na manutenção das políticas públicas e sim, na construção delas, contribuindo para a compreensão da subjetividade dos indivíduos. “Políticas Públicas são para todos. Elas são o atendimento aos direitos dos cidadãos. É preciso perguntar quais as reais necessidades sociais, analisando onde estão as prioridades que precisam de políticas públicas”, salienta.

Ana Bock propõe uma reflexão ao dizer que são muitas as questões que podemos nos fazer e deveremos nos fazer, pois nosso saber pensou os sujeitos de forma universal. “Nossas teorias e técnicas apresentam um sujeito da Europa e do Brasil como tendo o mesmo desenvolvi-

to e tendo a mesma estrutura psíquica. Não poderemos servir à nossa gente se não nos pusermos a rever nosso saber”, argumenta.

“É preciso colocar a Psicologia a serviço da sociedade; é preciso colocar a Psicologia a serviço da construção de um mundo melhor, de condições de vida digna, de respeito aos direitos e da construção de políticas públicas que possam oferecer Psicologia a quem dela tiver necessidade”, finaliza.

### O EVENTO

Além da conferência de abertura com Ana Bock, o evento contou com mais três mesas com os seguintes temas: “Os efeitos do paradigma psicossocial como eixo orientador das práticas da psicologia nas Políticas Públicas de Assistência Social”; “Psicologia, Direito, Segurança e Justiça: operadores do simbólico entre a Lei e a Ordem”; e “Desafios contemporâneos para a Psicologia nas Políticas Públicas de Saúde”.

Cada tema foi estruturado em quatro eixos: formação, atuação, gestão e ações desenvolvidas pelo CREPOP-MG. Em todas as mesas havia profissionais convidados para falar sobre cada eixo. Após as mesas foram promovidas rodas de conversas para a promoção da troca de experiências.

A cobertura completa do evento com textos produzidos pelos palestrantes pode ser acessada pelo site do CRP-MG: <[www.crpmg.org.br](http://www.crpmg.org.br)>.



Abertura do Seminário



## Favorável ao Kit Escola sem Homofobia, CRP-MG realiza conversa franca em Belo Horizonte

Diversidade sexual e identidade de gênero é um marco dentre as lutas do Sistema Conselhos de Psicologia, que sempre defendeu o respeito e a dignidade à pessoa humana. Sempre apoiando e contribuindo política e cientificamente com as causas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) o Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG) defende a inserção nos institutos educacionais do Kit Escola Sem Homofobia, por isso realizou no dia 19 de julho, em sua sede, o evento “CRP-MG na luta por uma Minas sem Homofobia: uma conversa franca – conhecendo mais sobre o Kit Escola sem Homofobia”. Elaborado em parceria com o Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (CELLOS-MG), o encontro fez parte da programação da “VII Semana BH Sem Homofobia”.

O debate foi fomentado porque a presidenta da república, Dilma Rousseff, suspendeu, no dia 25 de maio deste ano, a distribuição do Kit nas escolas, após pressão das bancadas evangélica, católica e da família no Congresso Nacional.

O MEC não se furtou ao debate no CRP-MG. O coordenador geral de Direitos Humanos do MEC, Fábio Meirelles, compareceu ao encontro e falou sobre vários programas do MEC e sobre a elaboração do Kit, mas não respondia sobre qual seria a estratégia para retomar a discussão no governo e inserir o Kit nas escolas. Pressionado pelos presentes, Meirelles, ao final das discussões acabou admitindo que, por enquanto, não há soluções para a questão.

“O MEC poderia, nesse momento delicado, não participar desse tipo de debate. Poderíamos se orientados a esperar esfriar, a haver uma decisão ou poderia fazer uma fala sobre qual é a solução. Mas a solução não existe. A alternativa será pensada em conjunto com os movimentos sociais”, declara o coordenador do Ministério.

O Conselheiro do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Celso Tondin, que é representante do CFP no Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Tran-

sexuais (CNCD-LGBT), salienta que o argumento contrário ao kit e outras iniciativas de combate a homofobia nas escolas é de que o conteúdo ensina a homossexualidade. “Isso não é verdade, o Kit ensina a convivência, a solidariedade, o respeito a diversidade”, reforça. A defesa notória dos direitos LGBT durante anos ganhou reconhecimento, e o CFP é o único Conselho profissional, dentre as entidades da sociedade civil, a ter assento CNCD-LGBT.

“O Kit é uma ideia, e as ideias permanecem”, afirma Tondin. Para o psicólogo, o Kit, como material concreto, pode nunca vir a ser implantado pelo governo nas escolas, mas a ideia não será morta, permanecerá, que é a ideia ao combate a discriminação LG-BT. “Existem professores, escolas, movimentos sociais, setores do próprio governo que combatem a homofobia”, complementa.

Ao falar sobre as negociações que aconteceram no Congresso Nacional para inviabilizar a distribuição do Kit nas instituições de ensino Meirelles frisa: “A lógica da maioria nunca permitiria que as denominadas minorias tivessem se afirmado”.

O psicólogo e coordenador executivo e capacitador do Projeto Educação sem Homofobia da UFMG, Daniel Arruda, destaca que não é vontade da maioria que esse material chegue às escolas, que a homossexualidade seja reconhecida como um direito e que a diver-

sidade sexual seja respeitada, não é interesse da maioria, esse é um ponto pacífico entre nós todos aqui. E contra-argumenta: “o STF, na sua atuação de reconhecimento unânime das uniões estáveis homoafetivas, não agiu em consonância com a maioria nacional. O Supremo corrigiu uma possível distorção da democracia que seria a ditadura da maioria. Há questões de direitos humanos que são inalienáveis”, enfatiza.

### PARECER FAVORÁVEL DO CFP SOBRE O PROJETO ESCOLA SEM HOMOFOBIA

Veja alguns trechos:

- Materiais adequados às faixas etárias e de desenvolvimento efetivo-cognitivo a que se destinam.
- É notório o cuidado didático-pedagógico e qualidade visual com que foi criado e desenvolvido o material.
- Traz como se dá o processo de aprendizagem de gênero, situando o contexto escolar como determinante para esta construção humana.
- Acerca da polêmica de que o material influenciaria a orientação sexual dos alunos, o mesmo não induz o corpo discente e mesmo o docente à prática da homossexualidade.
- O Projeto supre uma lacuna educacional sobre o tema e fortalece a educação inclusiva.



Da esquerda para a direita: Daniel Arruda, Celso Tondin, Márcia Mansur e Fábio Meirelles



## LGBT

### CONFIRA ALGUMAS AÇÕES DA PSICOLOGIA EM PROL DO RESPEITO À DIVERSIDADE

CFP:

- Participação na "2ª Marcha Nacional Contra a Homofobia";
- Elaboração da cartilha "Adoção: um direito de todos e todas";
- Realização do seminário "Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos".

CRP-MG:

- Congratulado com o "Prêmio Direitos Humanos e Cidadania LGBT";
- Apoio, promoção e participação nos eventos na capital e no interior: Dia Nacional da Visibilidade de Travestis e Transexuais; 13ª e 14ª Parada do Orgulho LGBT de BH, Semana Cultural LGBT em Uberlândia, VI e VII Semana BH Sem Homofobia, II Seminário Educação sem Homofobia.

## União estável homoafetiva: CRP-MG comemora decisão do STF

O Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG) veio a público, pelo site da autarquia <www.crpmg.org.br> e agora no *Jornal do Psicólogo*, reiterar suas congratulações ao Supremo Tribunal Federal (STF) por ter votado, por unanimidade, a favor da união homoafetiva. Para o CRP-MG, além de uma demonstração de avanço, compromisso com a cidadania e respeito à diversidade, os juízes do Supremo tiveram

uma postura revolucionária, com grande toque de sensibilidade.

O julgamento do Supremo, que ocorreu no dia 5 de maio de 2011, torna praticamente automáticos os direitos que hoje são obtidos com dificuldades na Justiça e põe fim à discriminação legal dos homossexuais. As uniões homoafetivas serão colocadas com a decisão do tribu-

nal ao lado dos três tipos de família já reconhecidos pela Constituição: a família convencional formada com o casamento, a família decorrente da união estável e a família formada, por exemplo, pela mãe solteira e seus filhos. E como entidade familiar, as uniões de pessoas do mesmo sexo passam a merecer a mesma proteção do Estado.

## Profissionais da Psicologia têm direito a colocar o nome social na carteira profissional

O CFP decidiu que os profissionais da psicologia transexuais ou travestis podem usar o nome social na carteira de identidade profissional, bem como em documentos como relatórios e laudos. A partir da publicação da Resolução CFP

nº 14/11 no *Diário Oficial da União*, ocorrida no dia 24 de julho de 2011. Os interessados deverão solicitar por escrito, aos Conselhos Regionais, a inclusão do nome social que será adicionado no campo de observações do registro pro-

fissional. A decisão representa um reconhecimento da igualdade de direitos destes profissionais e um respeito pela maneira como são identificados, reconhecidos e denominados por sua comunidade e em suas relações sociais.

## DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

### Relatório da administração

A Diretoria do CRP-MG apresenta os Balanços Patrimonial e Orçamentário do 1º Semestre de 2011.

O recebimento de anuidades do exercício de 2011 está representado na rubrica Receitas de Contribuições do Balanço Orçamentário. As Receitas Patrimoniais correspondem aos rendimentos de aplicação financeira em CDB e rendimentos de caderneta de poupança. As Receitas de Serviços correspondem às taxas para efetivação de inscrição PF e PJ e para 2ª via de carteira profissional. As Outras Receitas Correntes se referem ao recebimento de anuidades de exercícios anteriores a 2011, inscritas em dívida ativa administrativa e dívida ativa executiva, e a cobrança de multas e juros advindos do pagamento em atraso das anuidades.

As Despesas Correntes imputam os valores dos gastos com folha de pagamento e encargos sociais a pagar, bem como as despesas para manutenção das atividades do CRP-04.

Os valores repassados ao Conselho Federal estão demonstrados na rubrica Transferências Correntes. As Despesas de Capital retratam os investimentos do Conselho em Bens Móveis.

Pela análise do Balanço Orçamentário, verifica-se que as Receitas executadas no 1º Semestre de 2011 equivalem a 91,62% do valor previsto quando da elaboração do orçamento. Quanto às despesas, observa-se um percentual de execução de 48,65%, em relação ao valor fixado. Portanto, o Superávit do 1º Semestre de 2011 representou 46,90% da receita arrecadada em relação à despesa executada, ou seja, 3,112 milhões de reais.

Com uma gestão pautada pela transparência de suas ações, o XIII Plenário tem procurado, de forma responsável e consciente, controlar rigorosamente os gastos da entidade, garantindo assim o equilíbrio financeiro e orçamentário da mesma.

# DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2011 CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA QUARTA REGIÃO – CRP/MG					
ATIVO			PASSIVO		
	Jun/2011	Jun/2010		Jun/2011	Jun/2010
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>6.085.425</b>	<b>3.794.115</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>349.654</b>	<b>294.607</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>6.036.765</b>	<b>3.703.964</b>	<b>DÍVIDA FLUTUANTE</b>	<b>349.547</b>	<b>294.560</b>
Caixa e Bancos – C/ Movimento	29.583	104.867	Restos a Pagar	6.104	0
Bancos – C/ Arrecadação	3.186	52.971	Provisões Trabalhistas	240.770	229.956
Bancos – C/ Aplicação	6.003.996	3.546.126	Consignações	50.278	23.945
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>37.253</b>	<b>65.680</b>	Credores da Entidade	265	238
Devedores da Entidade	3.438	4.723	Ent. Públicas Credoras	19.767	13487
Convênios e Apoios	7.111	20.436	Obrig. Sociais a Recolher	32.363	26934
Adiant. a Funcionários	22.099	22.844			
Valores a Recuperar	191	732			
Responsável Suprimento	780	151			
Adiant. Despesas Diversas	3.634	16.794			
<b>RESULTADO PENDENTE</b>	<b>11.407</b>	<b>24.471</b>	<b>RESULTADO PENDENTE</b>	<b>107</b>	<b>47</b>
Despesas Antecipadas	0	3.927	Despesas Pessoal a Pagar	107	47
Depósitos p/ Recursos	11.407	20.544			
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>8.394.208</b>	<b>9.914.867</b>	<b>SOMA PASSIVO REAL</b>	<b>349.654</b>	<b>294.607</b>
<b>BENS PATRIMONIAIS</b>	<b>593.802</b>	<b>1.372.012</b>	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>		
Bens Móveis	452.804	435.598	Ativo Real Líquido	14.129.979	13.414.375
Bens Imóveis	879.038	880.978			
Bens Intangíveis	56.946	55.436			
Depreciação/Amortização	(794.986)	0			
<b>CRÉDITOS</b>	<b>7.800.406</b>	<b>8.542.855</b>	<b>TOTAL</b>	<b>14.479.633</b>	<b>13.708.982</b>
DA – Fase Administrativa	6.210.497	6.824.265			
DA – Fase Executiva	1.589.909	1.718.590			
<b>SOMA ATIVO REAL</b>	<b>14.479.633</b>	<b>13.708.982</b>			
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>					
Passivo a Descoberto	0	0			
<b>TOTAL</b>	<b>14.479.633</b>	<b>13.708.982</b>			

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO EM 30 DE JUNHO DE 2011 CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA QUARTA REGIÃO – CRP/MG					
CONTAS			CONTAS		
	PREVISAO	EXECUÇÃO		FIXAÇÃO	EXECUÇÃO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>9.742.752</b>	<b>6.635.659</b>	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>7.200.453</b>	<b>3.514.983</b>
Receita Contribuições	8.654.254	5.657.958	Despesas de Custelo	5.384.709	1.924.925
Receita Patrimonial	190.000	238.039	Pessoal e Obrig. Trab.	2.792.781	1.125.875
Receita Serviços	88.498	62.584	Demais Despesas	2.591.928	799.050
Outras Receitas Correntes	810.000	677.078	Transferências Correntes	1.815.744	1.590.058
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.542.299</b>	<b>8.467</b>
Alienação de Bens	0	0	Investimentos	45.000	8.467
Outras Receitas Capital	0	0	Transferências de Capital	2.497.299	0
<b>SUBTOTAIIS</b>	<b>9.742.752</b>	<b>6.635.659</b>	<b>SUBTOTAIIS</b>	<b>9.742.752</b>	<b>3.523.450</b>
<b>DÉFICIT</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>SUPERÁVIT</b>	<b>0</b>	<b>3.112.209</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>9.742.752</b>	<b>6.635.659</b>	<b>TOTAIS</b>	<b>9.742.752</b>	<b>6.635.659</b>

**RICARDO FIGUEIREDO MORETZSOHN** – Conselheiro Presidente CRP-04  
**LOURDES APARECIDA MACHADO** – Conselheira Tesoureira CRP-04

**ANA AMÉLIA DE CARVALHO** – Coordenadora Financeira  
**JOSÉ SILVÉRIO SOUZA SOBRINHO** – Contador CRC 083518/0-6

## Veja alguns eventos apoiados pelo CRP-MG

- Reunião do Conselho Estadual de Saúde – MG;
- Encontro Intersetorial: medidas judiciais e as implicações nas demandas de tratamento de usuários de crack e outras drogas;
- Reunião da Comissão Estadual de Reforma Psiquiátrica;
- Encontro Nacional dos Trabalhadores da Assistência Social, promovido pelo CNAS;
- II Jornada de Palestras do Projeto Roda de Conversa – “Dedo de prosa sobre as prisões e seus efeitos para a família do preso”;
- Reunião da Comissão Municipal de Reforma Psiquiátrica;
- Palestra em Juiz de Fora: Seminário/Luta Antimanicomial;
- Comissão Municipal de Reforma Psiquiátrica/BH – 7/6/2011, Secretaria Municipal de Saúde;
- Reunião sobre os preparativos para o “18 de maio – Dia Nacional da Luta Antimanicomial”;
- Encontro com Ministra dos D.H. Maria do Rosário na Câmara Municipal de Belo Horizonte;
- Inauguração do Centro Nacional de Defesa dos D.H. da População em situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis – CNDH;
- Preparação para o III Encontro Nacional de Movimentos Sociais: Debate Público – Mineração e Direitos Humanos;
- III Encontro Nacional de Movimentos Sociais
- Campanha do Desarmamento – Audiência pública na Assembleia

- Legislativa de Minas Gerais (ALMG);
- A Atuação do Psicólogo no Sistema Prisional e a Promoção dos Direitos Humanos – Audiência pública na ALMG;
- 7º Congresso Norte Nordeste de Psicologia;
- II Marcha contra Homofobia;
- I Seminário de Psicologia e Políticas Públicas;
- Comemorações 18 de Maio (Caps Itaobim, Juiz de Fora, Montes Claros e BH);
- Fórum Mineiro de Saúde Mental (Convênio);
- I Colóquio Winnicott do Triângulo Mineiro;
- IV Congresso de Psicologia da Zona da Mata e VIII Encontro Juiz-forano de Psicologia;
- V Fórum Internacional Psicanálise e Medicina e VII Jornada Acadêmica Psicanálise e Hospital;
- IV Congresso de Psicologia da Zona da Mata e Vertentes e III Encontro Juiz-forano de Psicologia;
- Seminário Regional dos Trabalhadores do SUAS no Norte de Minas;
- Companhia italiana de teatro *Accademia della Follia* e Núcleo de Criação e Pesquisa Sapos e Afogados;
- XIV Parada do Orgulho LGBT de BH (Convênio/CELLOS);
- Debate sobre Kit Escola sem homofobia

## ARTIGO

# O que é mesmo a política?

Maria Stella Brandão Goulart  
*Psicologia Social e Política (UFMG).*

Pergunta misteriosa. Quais são os seus contornos? Como qualificar uma ação política ou apolítica?

O século XX, particularmente, nos convidou a um alargamento quase extravagante do conceito. Pensemos nos modos como as instituições sociais foram compreendidas progressivamente como espaços de exercício de poder (a família, a escola, a religião, o trabalho, os hospitais, etc.) e até a ciência teve que revelar suas tramas e compromissos. A política se evidenciou no questionamento das representações, normas e verdades sancionadas.

O profundo questionamento da neutralidade e das concepções naturalizadoras da condição humana conquistaram espaço e passaram a pulsar no cotidiano, nas relações intersubjetivas, psicossociais, evocando até as tramas silenciosas do sujeito, atritadas pelos desafios da liberdade e da justiça (para dizer o mínimo).

Imediatamente, devemos reconhecer a relevância desta penetração em temáticas que configuraram em Psicossociologia, Psicologia Social, Comunitária, Institucional ou Política, mas vão além dos supostos contornos disciplinares destes saberes reconhecidos.

**“A política se evidenciou no questionamento das representações, normas e verdades sancionadas”.**

Mas política não tem *pedigree*. Não é mais negócio de sábios, nem das elites: todos dela derivam e nela orbitam. Ela denota a instabilidade de nossa existência e a crua rigidez dos modos como nos organizamos taticamente, reproduzindo diferenças e igualdades. Então, podemos falar, sem reservas, de políticas públicas — como Saúde, Educação, Trabalho —; de cidadania, violência e direitos humanos (e não humanos); inclu-

são e exclusão. Através dela repensamos a humanidade, que toma forma de gêneros, minorias, comunidades, redes, associações, grupos, movimentos sociais, ações, práticas, discursos, culturas, identidades, subjetividades, representações e relacionamentos: em suas variantes de potência e impotência diante dos desafios da vida e da história.

A Psicologia como campo de conhecimento e profissão não pode se abster diante dos desafios da política quando pensamos também nas suas estratégias internas de regulação, onde operam os conselhos, associações científicas e profissionais, sindicatos e outras estruturas de poder.

Segundo Cornelius Castoriadis, a política pode ser entendida, segundo as contribuições da filosofia política democrática clássica grega, como “atividade coletiva explícita que pretende ser considerada lúcida (refletida e deliberada), tendo como objeto a instituição da sociedade como tal”.<sup>1</sup> Ela traduz a emergência histórica de projeto de autonomia coletiva e individual. É capacidade de reagir, refletir, compartilhar e decidir. Trata-se de um projeto de criação e crítica dos modos de coordenação entre os homens (genericamente), entendido como exercício de poder que se consagra nos espaços públicos, na procura do bem comum, convergências.

Podemos nos perguntar se esta não seria uma idealização. Os espaços públicos das cidades gregas geradoras da prática política, alguns séculos antes de Cristo, eram elitistas e excludentes. Então, a política também se expressa na obliteração deste projeto de autonomia, quando se faz cega e silenciadora em relação à diversidade humana. Pode ser entendida como pura heteronomia e até violência.

Se tomarmos o dicionário de língua portuguesa, encontraremos que a política se associa à habilidade no trato das relações humanas, geralmente configurada como arte do governo. E num verbete distinto, subsequente, aparece a politicagem, como um estreitamento, mesquinho, da grande arte. Trata-se de uma distinção curiosa, pois sabe-

mos que a política comporta seus inversos. Como combater dragões, sem se tornar um deles? Como tratar as relações humanas, sem se tornar *demasiadamente* humano, incompleto, perigoso?

Já se tentou, também, conter o conceito de política dentro dos limites do estado e na figura dos representantes de interesses públicos e particularistas: o político. Este, informa o dicionário de língua brasileira, pode ser simplesmente um “esperto” e porque não, o *expert*, o especialista, o psicólogo. A política escapa e irradia-se no tecido social e pode alcançar o espaço sigiloso dos consultórios e relações clínicas.

**“A Psicologia como campo de conhecimento e profissão não pode se abster diante dos desafios da política (...)”**

A política é uma possibilidade de exercício de poder, que pode ser reflexivo e compartilhado, ou não. Ela pode ser um jogo onde se pode ganhar ou perder. Neste eixo, o século XX também nos reconduziu à retomada da democracia seja como direção ética ou, como modo específico de organização de interesses. Genericamente, significa o governo do povo, de diversas maneiras. Bom seria que se respeitasse também os que são poucos ou menos potentes. Mas a política é uma invenção permanente, mesmo que não escape à perversão.

São muitos os mestres que deixaram importantes contribuições sobre a política e este breve texto, concluindo, tem a intenção de instigar o pensamento e a ação. Seria belo compartilhar a busca incessante de uma resposta que jamais preenche, mas apenas sustenta a grande e crescente dúvida acerca das nossas chances de tecer horizontes de convivência e projetos de emancipação. É apenas uma provocação, de quem, sinceramente, se pergunta: o que é a política?

<sup>1</sup> CASTORIADIS, Cornelius. Poder, política e autonomia. In: CASTORIADIS, Cornelius. *As encurzilhadas do labirinto*. Tradução de Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. v. 3. O mundo fragmentado, p. 136.

## Bullying: um fenômeno em estudo

Originário do verbo inglês *to bully*, que significa intimidar, o *bullying* tem ganhado visibilidade no Brasil. Os veículos de comunicação abordam o tema com frequência e veiculam vários casos que poderiam ser enquadrados nessa prática. Contudo, ainda há dúvidas do que poderia ser ou não diagnosticado como *bullying*. O Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG) e profissionais psicólogos são, constantemente, convidados a se pronunciar sobre esse assunto. Por isto o *Jornal do Psicólogo* trata deste assunto nesta edição.

“O *bullying* é um fenômeno em voga, e não uma novidade enquanto prática. Todos nós temos uma história para contar de situações vividas na escola, na adolescência, nos grupos da rua. Hoje, as pessoas estão mais atentas a este fenômeno, em particular nas instituições educativas. Esses acontecimentos estão ocorrendo em grande escala, nesse sentido a Psicologia tem um papel importante no trabalho com aqueles que agredem, com os que sofrem o *bullying* e com todos os envolvidos direta ou indiretamente nessas ações”, esclarece a Conselheira do XIII Plenário do CRP-MG, Fátima Boschi.

Ela explica que o psicólogo deve, primeiro, reconhecer o caso para, posteriormente, definir a intervenção. Toda a ação precisa ter como meta a alteração das relações, buscando a participação de todos — escola, comunidade, pais, agressor e agredido — para que o caso não seja tratado com alarde e busca de culpado.

“É preciso entender que relações entre as pessoas são possíveis de serem modificadas. Não somos homogêneos em nossos comportamentos e essa é uma das tarefas do psicólogo, reconhecer que nem todos os gestos são *bullying* e, quando for, é necessário intervir para mudar”, ressalta.

### VITIMIZAÇÃO

Segundo Fátima Boschi, é provável que haja uma vitimização em excesso, porque é comum buscarmos nos conflitos as vítimas e os agressores. Também devemos lembrar que diante de um autoritarismo exacerbado as pessoas procuram formas de sobreviver. “Todas as pessoas, entre elas e com elas mesmas, estão em situação de conflito, o que não significa que podemos impedir o outro de ser como é, e deixarmos de conviver em sociedade porque estamos em re-

lação de conflito com o mundo.”

A Conselheira destaca que o *bullying* pode ser entendido como a “insuportabilidade” desse sujeito em conviver com suas próprias dificuldades, sendo possível ganhar o olhar e o afeto, jogando essas dificuldades para cima de outro sujeito. “Estamos engatinhando no exercício do direito, por isso o agressor é colocado no lugar de alguém que fez alguma coisa para sair da sua dor e a vítima no lugar daquele que nunca foi olhado.”

### IMAGINÁRIO MIDIÁTICO

Fátima Boschi ressalta a importância em noticiar atos de *bullying* para que a sociedade fique atenta e afirma que as pessoas precisam ter acesso à informação, pois é imprescindível formar conhecimento. “Mas, para tanto, esses fatos não devem ser noticiados com alarde, em manchetes sensacionalistas. É preciso que as pessoas sejam orientadas.” Fátima traça um paralelo ao explicar que o psicólogo, em uma intervenção, não deve ser a figura central e, sim, formar a comunidade para que saiba lidar com os envolvidos. É delicado quando tudo vira manchete e há pouco acesso à informação qualificada. De alguma forma a população se amedronta e revida agressivamente, pois fica com a sensação de estar sempre sendo atacada”, pontua.

De acordo com a Conselheira, essa midiaticização sensacionalista dificulta o fazer do psicólogo que precisa intervir em um lugar já constituído de pré-conceitos sobre as pessoas e consequentemente sobre o fato ocorrido. Por isso é essencial considerar o trabalho da Psicologia nas instituições ao invés de chamar os profissionais apenas para “apagar incêndios”. “É fundamental perceber a relevância do psicólogo nas comunidades, nas escolas e em outros lugares. Com a presença desses profissionais muitas dessas situações podem ser antecipadas e prevenidas”, finaliza.

### PESQUISA DE CAMPO EM JUIZ DE FORA (MG)

A formação de qualidade é determinante para a atuação profissional do psicólogo. Algumas Instituições de Ensino Superior (IES) têm construído seus projetos pedagógicos orientados para a realidade social, e encontramos em suas práticas questões como o *bullying*. Dentre elas

o Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF), em que a psicóloga e professora Cássia Sartori coordena o Estágio Básico sobre adolescência, disciplina em que os alunos vão a campo estudar diversos fenômenos. A professora conta que este estágio é uma fase preparatória em que o aluno pratica a observação e a entrevista, sob várias temáticas, dentre elas o *bullying*.

“Podemos perceber que a sociedade está muito mais violenta, com isso os grupos de adolescentes se fecham em função daquele que não cumpre os padrões ou se adequam àqueles padrões estabelecidos pelo grupo”, informa Cássia Sartori. Segundo a professora, os adolescentes que não atendem aos padrões estabelecidos, além de serem excluídos, achincalhados, muitas vezes, sofrem violência física.

A psicóloga relata que nos estudos de campo os alunos detectaram a banalização da terminologia *bullying* e do comportamento. “Existe uma questão até mesmo do modismo”, frisa. Ela diz que os professores também sofrem *bullying*, pois o adolescente agride aquele cujo comportamento considera inadequado, por exemplo, ter sido “censurado” em sala de aula. Sartori afirma que muitos docentes, que lecionam em período noturno, têm medo de sair sozinhos da escola e encontrar seu carro pintado ou algum outro vestígio de violência. Ainda assim, ela declara serem raríssimos os professores que admitem haver *bullying* na escola. “O grupo que fez esse trabalho concluiu que os próprios professores temem admitir a existência desse comportamento entre os alunos.”

### FATOS RECORRENTES E INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA

A professora esclarece que nessa pesquisa de campo os alunos puderam identificar que atos de *bullying* são mais frequentes na escola e que os pais, muitas vezes, não têm ciência dessas ocorrências.

É preciso levar as famílias até as escolas. “Esse trabalho precisa ser feito porque se o aluno não aceita uma intervenção, a família deve colaborar, pois ela é a principal responsável pela educação do adolescente. Uma segunda intervenção seria com o corpo docente e discente. É um trabalho integrado no qual devem estar envolvidos toda a comunidade escolar e a família.”

## LUTA ANTIMANICOMIAL

### Conscientização e sensibilidade: significantes do “18 de maio”

O Dia Nacional da Luta Antimanicomial e o Dia Nacional de Combate ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes são comemorados no dia 18 de maio. Os dois movimentos crescem substancialmente a cada ano. Em 2011, o número de municípios e apoiadores que aderiram às duas causas aumentou substancialmente.

A Luta Antimanicomial foi celebrada por mais de 50 municípios mineiros, com programações extensas que abarcavam atividades como ro-

lidade, que garantam o tratamento em liberdade e os direitos de cidadania aos usuários; e defender a Reforma Psiquiátrica Antimanicomial são os objetivos das comemorações do Dia Nacional da Luta Antimanicomial.

O Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, criado pela Lei nº 9.970/2000, tem como propósito a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que este ano che-

e responsabilidade social que a sociedade deve ter, além de estimular um olhar diferenciado em relação à proteção das crianças e dos adolescentes.

Em Belo Horizonte, mais de 20 localidades sediaram as atividades referentes ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, dentre elas os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), as escolas municipais e as Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIs).

Já o Dia Nacional da Luta Antimanicomial é marcado, na capital mineira, por um grande desfile organizado pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental que conta com o envolvimento direto dos serviços de saúde mental de Belo Horizonte e do interior do Estado, além de apoio de diversas entidades e órgãos.

Em 2011, o desfile marcou os 50 anos da publicação do livro *A história da loucura na idade clássica*, de autoria do filósofo francês Paul-Michel Foucault (1926-1984). A manifestação reuniu na Praça Sete mais de 20 caravanas e cerca de 4 mil pessoas, 1 mil a mais do que no ano anterior. A Escola de Samba “Liberdade Ainda que Tam, Tam”, que há 14 anos consecutivos conduz os participantes pelas principais ruas e avenidas de Belo Horizonte, este ano, executou o samba enredo *Sou o rei da loucura*, de Juliano da Silva, usuário do Cersam Leste e do Centro de Convivência Arthur Bispo do Rosário.



Escola de Samba Trem Tan Tan desfila pelas ruas de Belo Horizonte

das de conversa, passeios, exposições, desfiles, apresentações artísticas, palestras, encontros de usuários e familiares, exibição de filmes, atividades esportivas, dentre outros.

Vários desses municípios comemoram conjuntamente as duas lutas. O Combate ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes tem uma programação que congrega várias das atividades descritas, além de entrega de flores, sessão de filmes comentados, confecção de artesanato, entrega de leques, apresentações teatrais, oficinas, etc.

As manifestações têm o intuito de conscientizar, sensibilizar e mobilizar a sociedade para essas causas.

Chamar a atenção da população para a luta contra o preconceito às pessoas portadoras de sofrimento mental; propor e defender o fim dos hospitais psiquiátricos e a sua substituição por serviços abertos, públicos, de qua-

ga à sua maioria, completando 21 anos de existência. Procura, ainda, criar mecanismos de enfrentamento às ações de abuso e exploração sexual infantojuvenil, incentivar o aumento das denúncias, reforçando o compromisso



Escola de Samba Trem Tan Tan desfila pelas ruas de Belo Horizonte

# LUTA ANTIMANICOMIAL

## O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA

Minas Gerais (CRP-MG) e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) apoiam e participam das atividades do “18 de maio” desde seu início.

## INOVAÇÃO

No dia 17 de maio o CRP-MG e o CFP realizaram um bate papo sobre a Luta Antimanicomial pelo Twitter. Psicólogos de todo o Brasil puderam participar, via *webcam* e chat, interagindo e tirando dúvidas em tempo real.

## POR QUE 18 DE MAIO?

## DIA NACIONAL DA LUTA ANTIMANICOMIAL

Durante o Encontro dos Trabalhadores da Saúde Mental, realizado em 1987, no município de Bauru (SP), funcionários, familiares e usuários, presentes no evento, decidiram manifestar sua indignação com os tratamentos desumanos impostos aos usuários; lutar pelo fim dos hospitais psiquiátricos e pela implementação de uma política pública de saúde mental focada nos direitos humanos.

Dia Nacional de Combate ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes – Marca o crime ocorrido no dia 18 de maio de 1973, na cidade de Vitória (ES), em que Aracelli Cabrera, uma criança apenas nove anos, foi brutalmente molestada e assassinada.



Escola de Samba Trem Tan Tan desfila pelas ruas de Belo Horizonte



Escola de Samba Trem Tan Tan desfila pelas ruas de Belo Horizonte



Escola de Samba Trem Tan Tan desfila pelas ruas de Belo Horizonte



Escola de Samba Trem Tan Tan desfila pelas ruas de Belo Horizonte

## ARTIGO

# O ato médico e o novo modelo assistencial

Jorge Bichuetti

Médico, analista institucional e esquizoanalista. Diretor Clínico da Fundação Gregorio F. Baremlitt, Uberaba (MG).

Pensando a realidade de saúde e compreendendo as lutas da cidadania, mirando um outro mundo possível e necessário, refletimos aqui, neste texto, sobre a proposição do ato médico.

A saúde é vida e vida que se plenifica na realização da humanidade como potência libertária e terna que pulsa, virtualidade que deseja atualizar-se, nos caminhos do homem. A doença é o atropelo, a encruzilhada, a vida na contramão...

A crise da medicina não é uma crise somente da dor e do infortúnio dos usuários adoecidos; é, principalmente, uma crise do paradigma biológico-individual, a crise de uma instituição que já não explica, não soluciona, nem é suportável pela economia do sistema vigente.

Trabalhando sob os auspícios desta crise, em consonância com as lutas populares, o Brasil se colocou diante de um desafio: gerar um novo modelo assistencial.

Então, necessitamos perguntar: o ato médico mantém alguma sintonia com este momento histórico da construção de um novo cuidado?

Busquemos pensar e sedimentar uma posição coerente com as necessidades de transformação das práticas, visando a inclusão social, a cidadania e a utopia deleuziana, "por uma nova Terra, por um povo por vir".

### O ATO MÉDICO

O ato médico nega a construção do novo modelo assistencial e tenta um resgate do monopólio da saúde e da doença, que historicamente tem sido hegemônica pela medicina.

Não é uma lei que avança nas conquistas populares, nem tematiza a saúde como direito de cidadania.

Legisla, anulando todo processo de equipe e recoloca o médico no centro, hierarquizan-

do as relações e inibindo as intervenções, onde a transdisciplinaridade gerava um aliamento dos territórios, possibilitando a criação do novo.

Nega, igualmente, o social e psicológico que voltam a depender do biológico, recolocado no centro, como matriz fundante e poder inquestionável.

É ele, o ato médico, tão somente um jogo de reconquista de hegemonia de um grupo social, a corporação médica, que revela o seu poder de resiliência na dinâmica do neoliberalismo, ela que se via ameaçada pela proletarização do trabalho médico e pelas novas demandas oriundas do trabalho de equipe que vem enfrentando a impotência do paradigma biológico e individual, com geração de novas intervenções e um novo cuidado, de vínculo, encargo e corresponsabilização que desvela a insuficiência do olhar clínico, tecnocrático da medicina, que se dá na negação da potência da escuta, do valor do encontro e do lugar de protagonista do usuário.

O ato médico não é resistência, é resiliência que centra o trabalho na afirmação de especificidade das corporações, desprezando os férteis campos da singularidade e das ações transversais.

Os serviços substitutivos da reforma psiquiátrica e os PSF da reforma sanitária são espaços que vivendo a fertilidade de um novo modelo assistencial contam as perigosas consequências da lei do ato médico que não contempla as ações fecundas vigentes nestes, porque estas se dão com base na riqueza que emerge da transversalidade.

### POR QUE NÃO COMPREENDEMOS NEM ACEITAMOS O ATO MÉDICO?

A resposta não é singela como gostaríamos que fosse. Alinhamos, agora, alguns motivos e os situamos pela importância que possuem nos espaços do novo, do novo modelo assistencial:

- Desmonta o trabalho de equipe, pois o submete a uma lógica única e soberana, e monolítica, pois, se tal lei fosse efetivada todos seriam satélites de um grande deus — ainda que um deus estropiado pela crise do seu próprio paradigma;
- Recua na invenção de uma nova categoria,

os Trabalhadores da Saúde;

c) Inibe todo e qualquer funcionamento transdisciplinar;

d) Reduz a zero o grau de transversalidade nas relações entre os médicos e outros trabalhadores da saúde;

e) Ensurdece o sistema de saúde para o pensamento crítico que diagnosticava com precisão os limites do olhar positivista, do funcionamento centrado no diagnóstico em detrimento da construção do vínculo de acolhimento e cuidado, das práticas que negam ao usuário palavra e voz;

f) Sedimenta o espírito desumanizante e as relações verticais e coisificantes;

g) Não problematiza o direito à saúde, viabilizando-o;

Ainda assim seguimos refletindo: que novo modelo assistencial se mostra necessário?

### O NOVO MODELO ASSISTENCIAL

O ato médico restringe-se nos limites do segmentariedade circular, pensando o corporativo. E o novo modelo assistencial?

Este não nascerá do corpo cheio dos interesses corporativos.

Nascem da humanização, da escuta carinhosa e terna, do acolhimento solidário e amoroso, da cidadania exercida de fato e das esperanças que moram no coração das utopias e que as auscultam quem caminha com.

Com o outro, com a lágrima que cai, com o grito de dor, com o silêncio intempestivo das agonias...

Enquanto persistem as lógicas corporativas, ele, o usuário sofre e espera...

Sem voz, sem alvorada, sem vida ou apenas com sua vida crucificada.

Talvez, esperando que votemos um novo ato... Não o ato médico ou outros similares... Um ato pela vida aonde num devir Simeão, o Cireneu anônimo, decidamos por entender as práticas de saúde exigem de seus agentes carregar pelo outro, por um momento, a cruz que maltrata vida.

O novo modelo assistencial é partilhar, estradando com as lágrimas da vida num processo de afirmação da alegria contras as tristes e cinzentas forças da morte.



## ACONTECEU

### Accademia della Follia: um olhar cênico sobre a reforma psiquiátrica

Aproximadamente 500 pessoas compareceram ao teatro do Colégio Padre Machado para assistir ao espetáculo *Extravagância* (Técnica + Loucura = Arte), da companhia italiana Accademia della Follia. Estiveram presentes, na apresentação do dia 8 de julho, psicólogos, estudantes, professores e admiradores da arte cênica.

Composta por portadores de sofrimento mental, a Accademia della Follia encerrou a turnê brasileira 2011 em Ouro Preto (MG). Em Belo Horizonte, o grupo italiano, juntamente com o Núcleo de Criação e Pesquisa “Sapos e Afogados”, participou do “Sabadão”, projeto do Galpão Cine Horto, e realizaram uma oficina entre os dias 3 e 5 de julho. Intitulada “MUDAsilencioza-

MENTE”, a oficina contou com a participação de usuários da rede pública de saúde mental, usuários da “Laço” e atores convidados, resultando no espetáculo *MAD MUSIC*, encenado no dia 6 de julho.

As atividades da companhia receberam o apoio do Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG), do Conselho Federal de Psicologia (CFP), do Núcleo de Criação e Pesquisa “Sapos e Afogados”, da Associação de Apoio Social “Laço”, do Galpão Cine Horto e do Colégio Padre Machado.

Para saber mais sobre a companhia e sobre o espetáculo *Extravagância*, acesse o site do CRP-MG: <[www.crpmg.org.br](http://www.crpmg.org.br)>.



Cena clássica do espetáculo *Extravagância*

### COF realiza rodas de conversa com psicólogos do trânsito

A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG) realizou na sede e em todas as subsedes rodas de conversa com os psicólogos que atuam em clínicas do Departamento de Trânsito de Minas Gerais (DETRAN-MG).

Os eventos foram propostos tendo em vista a observação da necessidade de criação de um espaço de aproximação do Conselho com psicólogos que atuam nessa área, possibilitando a articulação entre a normatização e a prática profissional em prol da qualificação da Psicologia do Trânsito.

Nos encontros, os psicólogos apresentaram várias questões relacionadas à prática e pontuaram a importância da aproximação entre os profissionais, o CRP-MG e o DETRAN. Técnicos e Conselheiros da autarquia orientaram os profissionais durante as rodas de conversa e destacaram a relevância da apropriação da legislação que normatiza o trabalho como forma de qualificar a atuação profissional e o próprio debate.



Que as realizações alcançadas este ano, sejam apenas sementes plantadas, que serão colhidas com maior sucesso no ano vindouro.

Que na travessia dos 50 anos tenhamos muitos bons motivos para celebrar 2012.

**São os votos do XIII Plenário Conselho Regional de Psicologia- Minas Gerais**



## RESENHA

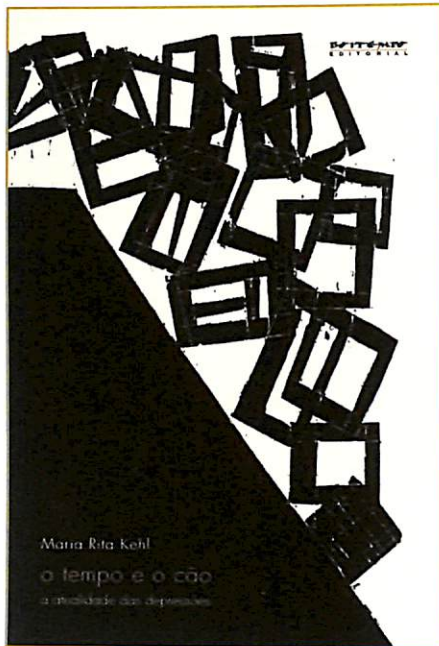
# O tempo e o cão: a atualidade das depressões.

**Autora:** Maria Rita Kehl  
**São Paulo:** Boitempo, 2009

A psicanalista e escritora Maria Rita Kehl parte da suposição de que a depressão é um sintoma social contemporâneo para desenvolver os três ensaios que compõem seu livro *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*.

Escrito a partir de experiências e reflexões sobre o contato com pacientes depressivos, o livro aborda um tema que, apesar de muito comentado, é pouco compreendido e menos ainda aceito atualmente.

Para abordá-lo, Maria Rita faz um apanhado do lugar simbólico ocupado pela melancolia, desde a antiguidade clássica até meados do século XX, quando Freud trouxe esse signifiante do campo das representações estéticas para o da clínica psicanalítica. Para ela: "Freud privatizou o conceito de melancolia; seu antigo lugar de sintoma social retornou sob o nome de depressão". O livro toca também na relação subjetiva dos depressivos com o tempo, chamado pela auto-



ra de temporalidade.

A clínica das depressões do ponto de vista da psicanálise está presente no terceiro ensaio, a começar pelo estabelecimento das distinções fundamentais entre a depressão e a melancolia. No livro, a autora busca estabelecer as diferenças entre a posição subjetiva dos depressivos e as circunstâncias que determinam episódios pontuais de depressão nos obsessivos e nos histéricos.

### Psicologia em interface com a Justiça e os direitos humanos

Esta publicação do Conselho Federal de Psicologia traz os debates do Seminário Psicologia em interface com a Justiça e os direitos humanos, realizado em novembro de 2009, em Brasília. Compromissos do campo com a sociedade; Criança, adolescentes e varas de família; e Saúde mental – medidas de segurança e execução penal e sistema prisional estão dentre os temas abordados.



## CDI

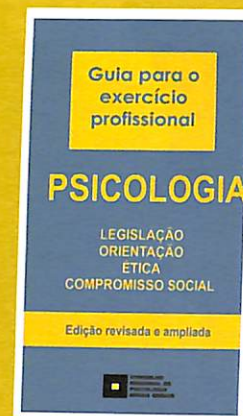
O Centro de Documentação e Informação Halley Bessa (CDI) reúne, em seu acervo, publicações que podem subsidiar pesquisas na área da Psicologia. Para consultar obras, fazer reservas e obter mais informações, consulte a página do CDI pelo site <[www.crpmg.org.br](http://www.crpmg.org.br)> clicando em Biblioteca/CDI, pelo telefone (31) 3262-0091 ou pelo e-mail <[cdi@crp04.org.br](mailto:cdi@crp04.org.br)>.

## DICAS

### LIVROS

#### Guia para o exercício profissional – Psicologia Legislação, orientação, ética, compromisso social

Organizado pelo Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais, o Guia, em sua 3ª edição, foi revisado e ampliado. A publicação, distribuída nas Reuniões de Entrega de Carteira aos recém-formados, também está disponível no site do CRP-MG: <[www.crpmg.org.br](http://www.crpmg.org.br)>. A proposta do Guia é apresentar aos psicólogos elementos básicos referentes à legislação profissional, normalizações técnicas e éticas relacionadas à prática, compromisso social e, informações administrativas que facilitem o contato do profissional com o Conselho. São apresentadas, ainda, orientações técnicas para as dúvidas mais frequentes dos profissionais que consultam a autoridade.



#### Guia para o exercício profissional – Psicologia em braille

##### Legislação, orientação, ética, compromisso social

Para atender aos psicólogos com deficiência visual, o CRP-MG reproduziu, em braille, a 2ª edição do Guia para o exercício profissional. O guia pode ser adquirido gratuitamente na sede e nas subseções do Conselho. A publicação, que tem dois volumes, também pode ser consultada no Centro de Documentação e Informação Halley Bessa (CDI), localizado à Rua Tomé de Souza, nº 860, conj. 1001, Savassi.

#### Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos

Esta publicação do Conselho Federal de Psicologia traz textos preparados pelos palestrantes do Seminário Nacional Psicologia e Diversidade Sexual: Desafios para uma sociedade de direitos, realizado em junho de 2010, em Brasília, pelo CFP e pelos Conselhos Regionais de Psicologia. O evento teve como objetivos socializar experiências, demandas recebidas pelos Conselhos e dialogar com a categoria sobre as relações entre Psicologia e diversidade sexual.

# O apagão da mão de obra e os recursos humanos

Tadeu Otávio Sales Sampaio

Professor de Psicologia das Organizações da FCH/FUMEC. Mestre em Políticas Públicas pela FJP. Autor do livro *Contexto externo e trajetórias organizacionais: o caso do Centro Universitário FUMEC (São Paulo; Belo Horizonte: Annablume; FCH/FUMEC, 2005)*.

A Psicologia Organizacional, durante sua história no Brasil, atuou dentro de uma relação capital-mercado de trabalho atendendo as demandas das partes de maneira muito desigual. Os tradicionais recrutamento e seleção possuíam uma quantidade e qualidade de mão de obra suficiente para suprir as exigências organizacionais. Essa é a lógica do capitalismo: manter no menor piso possível o valor médio do salário com maior número de trabalhadores (oferta e demanda da mercadoria).

A área de treinamento era complementar à qualificação exigida para o ingresso na empresa. O trabalhador estava razoavelmente "pronto" para assumir imediatamente os postos de trabalho, cabendo ao RH o acompanhamento do indivíduo e a minimização do período de introjeção dos valores da empresa. As dificuldades em atender as demandas de mão de obra organizacionais eram pontuais, pois o crescimento macro econômico raramente dava saltos na direção positiva.

O PIB seguia variações que não impactavam demasiadamente nessa relação capital-mercado de trabalho. Com o crescimento brasileiro a taxas médias de 5%, chegando em torno de 8%, no ano de 2010, essa zona de conforto das empresas e evidentemente dos RH foi alterada. Diferentemente de outros períodos o crescimento atual está se consolidando de maneira contínua e como consequência quando chegou-se ao limite máximo da cooptação de mão de obra qualificada para o ingresso nas organizações. Assim, a facilidade da incorporação da mão de obra acabou. Nosso país, que foi construído com índice GINI em torno de 0,62 (com forte concentração de riqueza) e políticas públicas de educação desarticuladas das exigências organizacionais e sociais, criou número significativo de pessoas inseridas na pobreza absoluta, que, por sua vez,

possuem pouca ou nenhuma capacidade produtiva em consonância às exigências organizacionais e de mercado contemporâneo. Mesmo as funções mais simples, nas pequenas, médias e grandes empresas, possuem requisitos e competências sofisticados para indivíduos inseridos dentro do conceito da miserabilidade ou pobreza absoluta, como supracitado.

Se a área de RH está "raspando o fundo do tacho" na busca de mão de obra qualificada algumas posturas tradicionais certamente deverão ser alteradas. Além dos instrumentos de manutenção do trabalhador, tais como carreira e benefícios, a área de RH, obrigatoriamente, deverá aproximar-se da comunidade buscando a formação de mão de obra necessária para ocupação de seus postos de trabalho.

Além disso, o trabalhador no mundo contemporâneo não possui os valores universais da geração passada: se o ambiente organizacional não atende minimamente demandas de prazer e salariais ele tende a se desligar da empresa sem nenhum sentimento de luto. Afinal, além de ele pertencer a uma geração que os psicólogos denominaram narcisista, hedonista e efêmero, esse indivíduo tem a seu dispor um mercado de trabalho em expansão. A partir disso a lógica dos RH se inverteu.

A formação gerencial deixará de ser aquela visando posturas fordistas, na compulsiva busca de consecução de metas a qualquer custo, para tender à multidisciplinaridade e multifuncionalidade. O gerente não é mais aquele que exige resultados ao custo da saúde do trabalhador, mas sim aquele que possui capacidade de articular suas ações com uma gama infinita de situações, tais como relações diretas com representantes sindicais, convivência com trabalhadores com necessidades especiais, responsabilização jurídico-administrativa por danos ao meio ambiente, entre outras inúmeras. Mais do que um discurso dos anos 2000, os gerentes das empresas contemporâneas começam a assumir o papel de gestores de recursos humanos e sociais, verdadeiramente. Thomaz Wood, pesquisando o tema analisa o caso do Google que sentiu necessidades de mudar a

política de sua formação gerencial. Se antes era de promover ao nível gerencial os mais capacitados tecnicamente, hoje o gerente deve possuir competência para gerir pessoas, buscando, além da produtividade necessária, um clima organizacional prazeroso e relações mais próximas com a comunidade.

O custo de demitir se tornou mais alto. Mais alto ainda é o de contratar. Além disso, é óbvia a dificuldade de buscar um bom profissional no mercado. Não raro, observa-se profissionais indianos, chineses e de outras nacionalidades sendo contratados por falta de mão de obra qualificada no Brasil. A globalização contemporânea chegou à mão de obra.

À guisa de conclusão, as mudanças são necessárias na política de RH das empresas. Os profissionais de Psicologia terão de possuir mais conhecimento em áreas antes destinadas a outras categorias, além de estarem atentos às mudanças macroeconômicas. Aplicação de técnicas de seleção, treinamento e desenvolvimento de competências se tornou uma pequena faceta da Psicologia Organizacional. Como qualquer gerente da empresa, esse profissional tem a obrigação de se tornar multidisciplinar.

Outra mudança nas gestões de recursos humanos que se pode observar é com relação à aplicação de determinadas técnicas de seleção e de desenvolvimento profissional tradicionais e que hoje se tornaram excessivamente invasivas aos candidatos e empregados. A sociedade democrática implica na aquisição de direitos difusos. Então, posturas tecnocráticas, mesmo aparadas em conhecimentos reconhecidos, terão alguma dificuldade de serem implementadas. Os direitos individuais estão garantidos no art. 5º da CF/88 e em inúmeras legislações infraconstitucionais. Além disso, o acesso dos cidadãos na efetiva ação de seus direitos exige dos psicólogos uma postura mais crítica e cuidadosa na aplicação desse instrumental. Outro lado, buscar qualquer profissional para compor os quadros organizacionais colocará em risco a produção, a segurança do trabalhador e evidentemente o lucro da empresa.

## DIA DO PSICÓLOGO

# Atividades em Minas Gerais comemoraram os 49 anos da Psicologia no Brasil

O Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG) comemorou os 49 anos da Psicologia no País e o Dia do Psicólogo (27 de agosto) com o evento “Psicologia no Brasil: a travessia para os 50 anos”. Para celebrar quase cinco décadas de história e avanços no campo da ciência, da profissão e de um olhar voltado para a sociedade brasileira, o CRP-MG realizou e apoiou atividades em 14 municípios mineiros, abrangendo todas regiões de Minas Gerais. Com empenho da sede e das subseções, mais de 60 atividades, dentre elas palestras, conferências, debates, painéis, mostras, teatro e música em praças públicas, abordaram várias vertentes da Psicologia.

Veiculado no Jornal do Ônibus (BHTrans), visto por aproximadamente um milhão de pessoas, em rádios, jornais, sites e outras mídias, as atividades culturais ocorridas na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, reuniram mais de mil pessoas no Dia do Psicólogo. O destaque da noite foi a apresentação a apresentação do espetáculo “A história de Édipo”, peça, escrita há 2.500 anos pelo dramaturgo grego, Sófocles, adaptada e encenada pelo “Grupo Teatro Andante”. Logo após houve o show, ao som de Marcelo Marley, intitulado “A travessia para os 50 anos - um violão para muitas vozes”, em que os presentes puderam cantar juntos, em um clima de confraternização.

“Muito bacana o Conselho ter essa sensibilidade de colocar atividades artísticas em sua programação. Esse é um presente que o CRP-MG ofereceu não só para os psicólogos, mas também para toda a população de Belo Horizonte e Região Metropolitana”, declara Marcelo Bonés, fundador, diretor e diretor artístico do Grupo Teatro Andante.

Para a professora Denise Braz essa foi uma iniciativa primorosa, pois o grupo teatral conseguiu apresentar um tema tão complexo de forma lúdica e atual.

“Foi uma delícia participar dessas atividades culturais no nosso dia. Achei a noite maravilhosa, o espetáculo fantástico, encenado de forma divertida e contemporânea. Essa foi uma ótima iniciativa do CRP-MG, pois é



Fernando Barbosa

Espectáculo “A história de Édipo” encantou o público

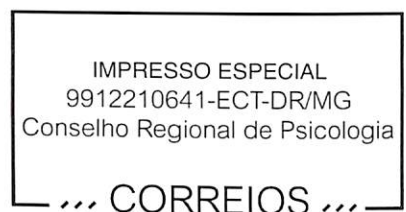
primordial que haja espaço para manifestações artísticas. Para mim as atividades foram completas, pois contemplou discussões importantes e teve um encerramento festivo”, enfatizou a psicóloga, Gean Paula Melo Rocha.

### “O 18 DE MAIO VISTO POR DIFERENTES ÂNGULOS”

Os 15 vencedores do concurso de fotografia “O 18 de maio visto por diferentes ângulos”, foram premiados no dia 25 de agosto, em Belo Horizonte, durante as atividades que comemoraram o Dia do Psicólogo e os 49 anos da Psicologia no Brasil. Os vencedores foram escolhidos democraticamente por voto popular. As fotos foram disponibilizadas no site do Conselho seguindo, criteriosamente, as orientações do edital. Para conferir as fotografias acesse <[www.crpmg.org.br](http://www.crpmg.org.br)>.

O primeiro concurso de fotografia, realizado em âmbito estadual, a retratar as atividades que marcam o “18 de maio – Dia Nacional da Luta Antimanicomial” foi realizado pelo CRP-MG com o objetivo de mostrar os diversos olhares diante das comemorações do 18 de maio, fortalecer o movimento antimanicomial e dar maior visibilidade aos traba-

lhos realizados pelos serviços de saúde mental, seus trabalhadores, dentre esses os psicólogos, usuários, familiares, comunidade e sociedade civil organizada.



**CONSELHO  
REGIONAL DE  
PSICOLOGIA DE  
MINAS GERAIS**

Rua Timbiras, 1532, 6º andar  
Lourdes - CEP: 30140-061  
Belo Horizonte - Minas Gerais